



Novos desafios a um velho ofício ou... um novo ofício? A redefinição da profissão de jornalista (*)

Joaquim Fidalgo

Enredada, desde os primórdios da sua afirmação enquanto actividade autónoma e sócio-juridicamente legitimada, numa razoável teia de indefinições e ambiguidades, a profissão de jornalista tem assistido (como é bem patente no quinquénio 2000-2004) a um conjunto de mudanças que, aparentemente, não facilitam o desfazer dessa teia. Pelo contrário, novos elementos decorrentes sobretudo das evoluções tecnológicas, dos contextos político-económicos e das transformações sociais – designadamente as que se ligam com o aparente redesenhar da esfera pública tal como a conhecíamos – parecem vir reforçando essas indefinições e ambiguidades, o que dificulta a construção e afirmação (sempre inacabadas, é certo) de uma identidade profissional clara nos seus contornos, forte na sua coerência interna (“**para si**”) e especificamente reconhecida na sua relação externa (“**para o outro**”).

Este grupo profissional tornou-se bastante mais numeroso em Portugal, sobretudo durante os anos 1990, por força do alargamento do mercado televisivo ao sector privado (primeiro com a SIC e a TVI, mais tarde com os canais por cabo) e pela explosão (rapidamente esfriada, porém) de projectos mediáticos especificamente *on-line*. Entre 1990 e 2001, o número de jornalistas com carteira profissional quase triplicou, passando de 2.347 para 6.230 profissionais (Fidalgo, 2004b: 65)¹. Em consequência, a pirâmide etária modificou-se um pouco a favor do grupo de jornalistas mais jovens – a percentagem de jornalistas com menos de 30 anos subiu de 23,4 por cento para 29,2 por cento (*ibid.*: 67), correspondendo a um movimento inverso na faixa etária de mais de 45 anos –, tendo-se também observado um aumento significativo da presença feminina na proporção jornalistas-mulheres / jornalistas-homens – de 25,4 por cento do total, em 1990, as jornalistas-mulheres passaram a ser 37,9 por cento em 2001 (*ibid.*: 66)². Esta última tendência, aliás, deverá continuar a reforçar-se, a fazer fé na forte preponderância, empiricamente detectável, do género feminino entre os estudantes dos cursos superiores de Jornalismo e de Comunicação Social³. Por outro lado, embora não haja dados oficiais sobre a quantidade de jornalistas no

(*) Texto elaborado em 2005, no contexto do projecto colectivo de investigação *Mediascópio – Estudo sobre a reconfiguração do campo da comunicação e dos media em Portugal*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

¹ Dados mais recentes, obtidos junto da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ), revelam que, no biénio 2004/05, há no país um total de 7.013 jornalistas com título profissional.

² De acordo com a CCPJ, a percentagem de jornalistas-mulheres subiu, no biénio 2004/05, para 41,6 por cento do total – sendo este grupo já maioritário a nível de jornalistas-estagiários: 59,9 por cento.

³ A título de exemplo, pode referir-se que, no ano lectivo de 2003/04, estavam inscritos na Licenciatura em Comunicação Social da Universidade do Minho 468 alunos, dos quais 352 (ou seja, 75,2 por cento) eram do sexo feminino (cf. “*Relatório de Auto-Avaliação da Licenciatura em Comunicação Social 2003/2004*”, documento policopiado).

activo com formação académica de nível superior, e especializada, há indícios que apontam, como seria expectável, para o aumento desse tipo de profissionais⁴. Acresce que a tendência generalizada, nos últimos anos, aponta no sentido de as empresas de *media* recrutarem os seus efectivos jornalísticos, por regra, a partir dos estagiários que recebem ao abrigo de protocolos de colaboração com escolas superiores do sector; quer isto dizer que, apesar de nada o obrigar em termos legais (a profissão continua a ter o estatuto de “profissão aberta”, no que respeita aos requisitos de acesso), os novos profissionais serão, com excepções apenas pontuais, quase todos detentores (ou finalistas) de um curso superior (universitário ou politécnico) na área da Comunicação Social.

Este rápido alargamento do grupo profissional acarreta, assim, uma maior heterogeneidade que, associada à progressiva diversificação de suportes e de ofícios no campo dos *media*, pode implicar alguma redefinição da profissão de jornalista, em moldes que aqui e além já se intuem, dados os sinais detectáveis numa diversidade de planos. Entendemos dever sublinhar os seguintes:

1. Plano económico – laboral

O quinquénio em análise (2000-2004) parece ter correspondido, sobretudo na primeira metade, a um tempo de recessão no sector (consonante, aliás, com a situação económica global, em termos nacionais e europeus), por força de diminuição de receitas das empresas de *media* – receitas de venda de exemplares, no caso da imprensa, receitas publicitárias no caso desta e também da Rádio e TV – e mais difícil rentabilização dos seus projectos. Se somarmos a esta conjuntura o progressivo esvaziamento de projectos *on-line* que se esperava pudessem vir a ser grandes oportunidades de negócio, e também de alargamento do mercado de trabalho jornalístico, teremos completo o quadro que explica a sucessão de notícias, neste período, sobre redução de efectivos em grande parte das redacções portuguesas.

No que toca a tiragens das publicações periódicas, os dados disponíveis (ver **Quadro 1**) revelam, de facto, alguma quebra, tanto na imprensa diária como na semanária, depois de anos sucessivos de crescimento até um “pico” atingido em 2000:

Quadro 1: Publicações periódicas – Tiragem segundo a periodicidade

	Diários	Semanários	Outros	TOTAL
1999	385.817.943	271.529.576	129.209.345	786.556.864
2000	362.179.204	332.833.876	123.203.251	818.216.331
2001	357.954.639	233.856.127	116.351.515	708.162.281
2002	350.680.175	212.571.187	139.742.433	702.993.795

Fonte: INE, citado pelo Instituto da Comunicação Social

No que respeita a receitas publicitárias, o período – designadamente a primeira metade do quinquénio em análise – foi também de evolução negativa, com o OBERCOM a afirmar mesmo que, no biénio 2000/01, o sector dos *media* em Portugal viveu “a mais grave crise

⁴ O estudo de Fidalgo (2004b) refere que, numa anterior investigação junto dos jornalistas de três dos principais diários portugueses – “Público”, “Diário de Notícias” e “Jornal de Notícias” –, se poderia inferir, a partir de uma amostra bastante significativa, que mais de 50 por cento dos efectivos daquelas redacções possuíam “alguma formação académica específica nos domínios das Ciências da Comunicação” (Fidalgo, 2004b: 68).

económica das últimas duas décadas” (OBERCOM: 2003), para o que afirma ter contribuído decisivamente a quebra no mercado da publicidade (ver **Quadro 2**).

Quadro 2: Receitas líquidas de publicidade (em milhões de euros)

	Imprensa	Rádio	TV	TOTAL
1999	272	43	270	585
2000	280	47	307	634
2001	261	46	269	576
2002	237	42	247	526
2003*	240	42	251	533
2004*	250	46	265	561

* *Estimativas OBERCOM*

Fonte: OBERCOM, Anuário da Comunicação

Neste contexto de mais difícil rentabilização económica dos projectos editoriais, uma das consequências imediatas foi a precarização das condições de trabalho de muitos jornalistas, tendo-se assistido a tentativas diversas de tornar as redacções menos numerosas (com despedimentos ou rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo) e também mais baratas (com recurso progressivo a jovens menos qualificados, ou até a estagiários, em detrimento de profissionais mais antigos e experientes – mas também com posições mais elevadas na carreira profissional e, logo, nas remunerações). A Direcção do Sindicato dos Jornalistas (SJ) tomou, em diversos momentos deste quinquénio, posições públicas contra o que considerou ser a “evidente degradação das condições de vida e de trabalho dos jornalistas” (S.J., 2003b), exemplificada com o “desrespeito generalizado por direitos consagrados na lei e nos contratos colectivos de trabalho”, com o “recurso sistemático a trabalho precário e à substituição de jornalistas por estudantes de jornalismo”, com “avaliações de desempenho arbitrarias”, com “esvaziamento das redacções” e com “estagnação de salários”, entre outros pontos (*ibidem*). Um levantamento exaustivo destas situações empresa a empresa, reportado à data de 31 de Agosto de 2003, foi entregue pela Direcção do SJ ao Presidente da República, à Assembleia da República e ao Governo (S.J., 2003c). E em Maio de 2004, numa mensagem ao X Congresso da Imprensa Portuguesa, o presidente da Direcção do SJ, Alfredo Maia, insistia na mesma nota: “Desregulação das relações de trabalho, traduzida no desrespeito pelas regras estabelecidas nas leis e nos regulamentos colectivos de trabalho e numa enorme precariedade dos vínculos; concentração da propriedade dos meios de informação; exploração do trabalho de estudantes; excessiva dependência da estabilidade do emprego de factores e práticas que deveriam permanecer estranhos à cultura do sector; bem como a imposição de jornadas de trabalho intensas e prolongadas, muitas vezes sem a devida compensação – eis alguns dos traços essenciais que caracterizam a situação dos jornalistas em Portugal e noutros países” (S.J., 2004a).

Sucederam-se na imprensa as referências às dificuldades dos jornalistas no plano laboral, com Vicente Jorge Silva a aludir por exemplo à “proletarização” dos jovens candidatos à profissão (Silva, 2003) e Estrela Serrano a registar que “as falências sucedem-se e com elas os despedimentos”, algo que, nas suas palavras, “influencia tremendamente o jornalismo porque os profissionais procuram sobreviver, sacrificando, muitas vezes, o interesse público em função do que é considerado ‘vendável’” (cit. por Madeira, 2003a). Números “preocupantes” entretanto divulgados pelo Sindicato dos Jornalistas são expressivos

a este respeito: os “encargos com o subsídio de desemprego dos jornalistas passaram de cerca de 804 mil euros para 2,3 milhões de euros (um aumento de 181,3 por cento) entre 2000 e 2002, tendo-se registado uma subida de 59,6 por cento só nos primeiros meses de 2003 relativamente ao período homólogo de 2002” (cit. por Rodrigues, 2005).

2. Plano tecnológico

No plano tecnológico, o período em observação fez-nos assistir a uma tão célere como intensa proliferação de instrumentos individuais (ou grupais) de difusão de informação e opinião em larga escala – os *weblogs*, já ‘baptizados’ entre nós com o termo aportuguesado de *blogues* –, aproveitando os vastos horizontes de comunicação global propiciados pela Internet, hoje agilizados pela largura de banda disponível, que torna mais rápido o trânsito e mais largo o canal (possibilitando a transmissão de sons e imagens em movimento, numa lógica de integração multimédia que é bem característica destes novos mecanismos, tendencialmente disponíveis para qualquer cidadão a partir de sua casa).

Este novo quadro tem tido repercussões a diferentes níveis:

- a) acelerou o processo que vem retirando aos jornalistas, se assim se pode dizer, o monopólio da difusão de informação sobre a actualidade no espaço público, permitindo a entrada de novos actores neste cenário. Por um lado, as “fontes primárias” de informação passaram a ter meios (sobretudo graças à Internet) de contactar directamente os cidadãos com muito mais facilidade, sem a intermediação dos jornalistas; por outro lado, os próprios cidadãos passaram a ter um acesso facilitado a essas “fontes primárias”, dependendo isso apenas da sua iniciativa e de um conhecimento mínimo da ‘cartografia’ das instituições e dos mecanismos de navegação no ciberespaço; enfim, ficou também muito mais acessível à generalidade dos cidadãos a possibilidade de eles mesmos, com custos e conhecimentos mínimos, criarem projectos de edição e difusão de informação no espaço público (*sites* e, sobretudo, *blogues*), desenvolvendo iniciativas que nalguns casos se apelidam, com maior ou menor propriedade, de “jornalismo participativo” – significando uma intervenção de cidadãos na esfera pública com os mecanismos e os objectivos tradicionalmente reservados aos jornalistas profissionais integrados em empresas de *media*;
- b) criou novas exigências profissionais aos jornalistas, obrigando-os a começar a dominar uma panóplia cada vez mais vasta de instrumentos de pesquisa, tratamento e edição da informação, bem como a manusear, e até a integrar, “linguagens” que antes eram normalmente vistas em compartimentos estanques, associados a uma especialização por suporte (texto escrito – hipertexto – infografia – som – imagem parada – imagem em movimento). Algum esbatimento das tradicionais fronteiras entre trabalhadores ‘intelectuais’ da **informação** e trabalhadores ‘técnicos’ da **comunicação** trouxe acrescidos desafios à definição da especificidade do trabalho jornalístico neste universo alargado daqueles a que por vezes se chama “*media workers*”, que é cada vez mais o das empresas e grupos mediáticos do nosso tempo, tendo também suscitado alguma necessidade de reorganização / redenominação profissional – veja-se, por exemplo, a criação, no âmbito do SJ, do Núcleo Sindical de Jornalistas On-line (nascido formalmente em Setembro de 2002, depois de um 1º Encontro Nacional, informal, realizado em 2001, onde se alertara, entre outros aspectos, para a necessidade de “os jornalistas de publicações electrónicas não [poderem] ser

confundidos com outros produtores de conteúdos sem capacidade editorial” (S.J., 2003a));

- c) levou a que os próprios jornalistas, individual ou colectivamente, passassem a utilizar as novas ferramentas de contacto com o público (blogues individuais, blogues de órgãos de comunicação), desenvolvendo modos de expressão (ou de intervenção) mais pessoais e complementares do trabalho informativo tradicional. Em vários casos, estes “diários digitais” permitem – com a vantagem de funcionarem em tempo real, ao contrário da informação ‘periodificada’ dos meios de comunicação clássicos – mostrar ao leitor o contexto mais alargado em que trabalha o jornalista, bem como as condições específicas do exercício da sua actividade, com a vantagem de possibilitarem uma escrita mais livre de constrangimentos e mais personalizada. Esta é, contudo, uma vantagem que nalgumas situações pode ter um efeito perverso, ‘libertando’ o jornalista também das regras de exigência profissional e deontológica típicas do seu ofício e levando-o a escrever no seu blogue tudo aquilo que, em virtude das ditas regras, não pôde (ou entendeu que não devia) escrever na peça publicada pelo jornal;
- d) por tudo o que atrás fica dito, estes desenvolvimentos tecnológicos (aliados a um crescendo de competição entre órgãos de comunicação funcionando cada vez mais ao ritmo minuto-a-minuto do ciberespaço) tornaram ainda mais presentes e prementes os constrangimentos de tempo com que o jornalista se confronta: cada vez mais é preciso ‘chegar’ mais cedo, escrever mais depressa e transmitir com mais rapidez – para o que contribuem fortemente os hoje já omnipresentes computador portátil e telemóvel / telecâmara digital, cada vez menos dependentes até dos fios⁵ –, sendo certo que a possibilidade de actualizações permanentes do material informativo vem propiciando atitudes do género “*divulgo agora e confirmo depois*”⁶.

Globalmente, parece poder dizer-se que a evolução das tecnologias digitais continuou a marcar, de modo aparentemente irreversível, o trabalho dos jornalistas, sendo que a omnipresença da Internet (até no seio das empresas tradicionais de *media*) e as solicitações crescentes de produtos e formatos multimédia passaram a constar do dia-a-dia desta actividade tradicional. “O debate (...) sobre as diferenças entre um jornalista e um jornalista digital é irrelevante. Dentro de anos, não sei quantos, todos vão ser digitais. Esse vai ser o seu meio de trabalho”, dizia o professor e investigador Ramón Salaverría, numa entrevista ao jornal “Público”, onde também sublinhava a importância do 11 de Setembro [atentado terrorista contra as torres do *World Trade Center*, em Nova Iorque] e da respectiva cobertura mediática para os novos tempos informativos: “Depois do 11 de Setembro, a Internet configura-se como um verdadeiro meio de comunicação, tanto para o público como para os jornalistas” (Salaverría: 2003).

⁵ A este propósito, começou a falar-se de uma espécie nova de jornalista, o “jornalista *‘backpack’*”, alguém que é enviado sozinho para o terreno e que leva / utiliza equipamento para produzir texto, fotografia, som, imagem, animação, etc., podendo transmitir material informativo a partir de qualquer sítio do mundo para o seu jornal, a sua revista, a sua rádio, a sua televisão, o seu sítio de Internet, o seu blogue... As experiências ainda não são muitas mas não falta quem sugira que este profissional multimédia é o verdadeiro jornalista do futuro (Pereira, 2003).

⁶ Para além das tecnologias, também as pressões de mercado aceleram este “tempo” jornalístico, com efeitos arriscados no plano ético. Como lamentou a então Provedora do Leitor do Diário de Notícias, Estrela Serrano, “publicar antes da concorrência é a regra, independentemente de a informação estar ou não investigada e confirmada” (cit. por Madeira, 2003a).

3. Plano legal

A intervenção da deputada Assunção Esteves (PSD), em pleno Parlamento, sugerindo – no que foi secundada pelo próprio presidente da Assembleia da República, Mota Amaral (PSD) – a necessidade de se pensar em tornar mais restritivo o quadro legal respeitante à liberdade de imprensa é, quanto ao período em análise, ilustrativa de intensas discussões neste domínio. Alegadamente justificada pela prática de alguns excessos em torno da cobertura jornalística do “caso Casa Pia”, designadamente os que expuseram a público peças processuais ainda em segredo de justiça, esta sugestão da deputada social-democrata gerou um coro de protesto dos mais variados quadrantes, desde o Sindicato dos Jornalistas (“O SJ não compreende qualquer alteração legislativa que conduza a maiores limitações à liberdade de imprensa, nem respostas por impulso e casuísticas a problemas que reclamam análise ponderada e decisão responsável” (S.J., 2004b)) à Alta Autoridade para a Comunicação Social (a propósito dos “inquietantes apelos ao agravamento das restrições ao direito de informar”, a AACS considerou que “o quadro legislativo vigente basta para sancionar, designadamente em sede judiciária, violações das normas constitucionais e legais por órgãos de comunicação social”, embora sem rejeitar “aperfeiçoamentos dos textos jurídicos existentes” (AACS, 2004)), passando por deputados da então oposição socialista, como Vicente Jorge Silva (crítico da “tentação censória que agora assaltou alguns espíritos” (Silva, 2004)) ou Augusto Santos Silva (“Era só o que faltava eleger-se a liberdade de imprensa como o mau da fita na novela judiciária da Casa Pia! Não há nenhum problema com a nossa legislação sobre liberdade de imprensa, a não ser o seu cumprimento, quer pela entidade reguladora, quer pelos operadores, quer pelos tribunais” (Santos Silva, 2004)).

Para além das controvérsias em torno do segredo de justiça, também o enquadramento legal do sigilo profissional dos jornalistas – nos termos em que está consignado tanto no Estatuto dos Jornalistas (artigos 6º e 11º) como no Código de Processo Penal (artigo 135º) – foi muito debatido neste quinquénio, tanto mais que a sua defesa, por parte de um profissional (o jornalista Manso Preto), na barra do tribunal, terminou com a condenação daquele. Uma iniciativa legislativa do Bloco de Esquerda no sentido de reforçar as garantias do sigilo profissional dos jornalistas foi inviabilizada no Parlamento pelos votos do PSD e do CDS, sendo certo que o PS manifestou a intenção de retomar a ideia – que implica uma revisão do Estatuto dos Jornalistas – logo que conquistou uma maioria parlamentar nas eleições legislativas de Fevereiro de 2005.

Alguns problemas decorrentes dos novos cenários *on-line* em que se desenvolve a actividade jornalística mereceram também atenção, sobretudo por falta de legislação enquadadora, tanto em Portugal como no estrangeiro: são, entre outros, os casos dos direitos de autor (trabalhos de jornalistas da imprensa que são usados pela sua empresa para difusão, integral ou parcial, noutros meios – uma matéria entretanto regulamentada, mesmo que de modo incipiente, em Portugal), dos direitos e deveres dos ciberjornalistas ou da regulamentação da actividade nos novos suportes (por exemplo, a ausência de “direito de resposta” nas publicações *on-line*). Trata-se, no essencial, de problemas novos, que as leis gerais do sector ainda não previam.

Por outro lado, continuaram as discussões e os trabalhos preparatórios tendentes à criação de uma nova autoridade reguladora para o sector dos *media* em Portugal, cuja necessidade foi parecendo consensual, dadas as limitações apontadas tanto à constituição como às atribuições e ao modo de intervenção da Alta Autoridade para a Comunicação Social – uma estrutura, aparentemente, ferida desde o ‘pecado original’ de uma gestação demasiado ligada ao Governo (e não, como agora generalizadamente se defende, à Assembleia da República e a representações da chamada ‘sociedade civil’).

Registe-se, finalmente, o retomar dos debates sobre a eventual revisão ou actualização de legislação relativa aos limites de concentração da propriedade de empresas mediáticas. Opiniões de sinal contrário foram expendidas a este propósito, com o sector jornalístico a manifestar as principais preocupações quanto aos perigos de uma concentração excessiva. O Sindicato dos Jornalistas admitiu estarem “criadas condições objectivas para limitar e condicionar a liberdade de expressão e de emprego” dos jornalistas e afirmou que os grandes grupos de *media* “formam verdadeiros cartéis de mão-de-obra jornalística, empregando a maior parte dos profissionais e ditando as regras do seu futuro profissional” (SJ, cit. por Madeira, 2003b). No mesmo sentido se pronunciaram o director do Observatório da Imprensa, Joaquim Vieira (“num cenário de grande concentração, um jornalista ou um colunista que se incompatibilize com um órgão de informação pode ver fecharem-se-lhe as portas de parte significativa das empresas do sector” (*ibidem*)) e a então Provedora do Leitor do “Diário de Notícias”, Estrela Serrano (“a concentração dos ‘media’ favorece a acomodação e a subserviência dos jornalistas, limitando a sua liberdade” (*ibidem*)), tendo também José Rebelo, professor e investigador, expresso os seus receios, ao dizer que concentração significa “limitação quanto ao pluralismo de opiniões e, por conseguinte, quanto à busca de alternativa política” (*ibidem*). Menos preocupadas se mostraram, em contrapartida, pessoas como o então director do Obercom, Rui Cádima – a quem não parece que “no caso português se esteja à beira de um ataque de nervos” em matéria de concentração, e que prefere chamar a atenção para os “múltiplos condicionamentos das práticas jornalísticas na gestão diária da informação” (*ibidem*) –, ou o presidente da Associação Portuguesa de Imprensa, João Palmeiro, que olha a concentração como “uma consequência do desenvolvimento tecnológico, empresarial e industrial” e que põe a questão noutro plano: “O problema não está na concentração empresarial, mas no desrespeito das regras” (*ibidem*).

Alberto Arons de Carvalho, deputado socialista (e ex-governante responsável pelo sector da Comunicação Social), interveio também neste debate – recordando que o próprio presidente da República manifestara os seus receios de que a concentração nos *media* fizesse perigar a alternância democrática –, temperando as opiniões demasiado extremadas: “Não é fácil estabelecer o adequado ponto de equilíbrio entre tendências contraditórias, visto que é ténue a linha que separa a concentração vantajosa daquela cujo grau coloca já em perigo o direito dos cidadãos a uma comunicação plural” (Carvalho, 2003). Nem por isso deixou de defender, contudo, uma revisão da regulamentação sobre concentração empresarial nos *media* (e também sobre maior transparência da respectiva propriedade), tanto mais “imprescindível e inadiável” quanto se vem assistindo à “entrada em força de operadores de telecomunicações” neste negócio (*ibidem*).

Foi ainda no ano de 2003 que o Bloco de Esquerda tomou uma iniciativa legislativa em matéria de concentração, mas que a maioria parlamentar PSD/CDS obrigou a que ficasse pelo caminho. O tema viria, entretanto, a ser retomado pelo novo Governo socialista, já após as eleições legislativas de Fevereiro de 2005, sendo certo que o anúncio (também no dealbar de 2005) da venda de todo o sector de comunicação social da PT/Lusomundo ao grupo OliveDesportos, de Joaquim Oliveira – com interesses na imprensa desportiva, na publicidade em recintos desportivos e na SportTV –, trouxe uma acrescida actualidade a este *dossier*.

4. Plano ético e deontológico

A cobertura jornalística de assuntos com um grande impacto mediático – fossem processos judiciais de alcance pouco comum no que toca a protagonistas conhecidos do grande público (caso Casa Pia, caso Universidade Moderna), fossem tragédias de forte incidência emocional (queda da ponte de Entre-os-Rios, “*tsunami*” na Ásia, cobertura da

guerra no Iraque com a novidade dos jornalistas “*embedded*”), fossem ainda acontecimentos quase adoptados em Portugal como ‘campanhas patrióticas’ (Euro 2004) – provocou frequentes e acaloradas polémicas sobre a exigência ética e o rigor deontológico com que esta actividade vai sendo exercida. Simultaneamente, questionou-se (porventura mais do que em períodos passados) até que ponto as “leis do mercado” e o desejo de sucesso rápido a qualquer preço se vão sobrepondo aos princípios de independência, autonomia e prossecução do interesse público, em virtude de uma concorrência feroz entre meios e de uma submissão crescente a critérios quase só comerciais. Episódios marcantes como os de jornalistas ‘apanhados’ a inventar reportagens ou a plagiar histórias alheias (em especial o de Jayson Blair / “The New York Times”, mas também o mais próximo de nós Clara Pinto Correia / “Visão”), de órgãos de comunicação demasiado permissivos quanto ao (ab) uso de fontes confidenciais, (casos Jayson Blair e Rick Bragg no “The New York Times”, caso Jack Kelley no “USA Today” (Ribeiro, 2004)), de complicada gestão do sigilo profissional dos jornalistas, por vezes com consequências dramáticas (trágico caso de David Kelly / BBC), de fotografias manipuladas em laboratório para alterar o real (fotos da guerra no Iraque, fotos do “11 de Março” em Espanha), para só citar alguns, são ilustrativos deste ambiente.

O debate sobre a multiplicação de eventuais “derrapagens éticas” no trabalho jornalístico, quando não mesmo de uma postura de “relativismo ético” manejado a bel-prazer dos interesses específicos de certa situação, momento ou empresa, teve ecos e repercussões em três níveis distintos, ainda que complementares:

1) Ao nível do grupo profissional dos jornalistas

Vozes tanto de dentro como de fora do grupo profissional repetiram as dúvidas sobre a adequação (em termos de credibilidade pública, de autoridade entre os pares, de eficácia de actuação) do organismo auto-regulador dos jornalistas em matéria de deontologia – o Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas – aos desafios que hoje se colocam. Voltaram a ouvir-se opiniões favoráveis à criação de uma “Ordem dos Jornalistas” – uma ideia há anos muito discutida, e expressivamente reprovada, em referendo organizado pelo Sindicato dos Jornalistas –, como sucedeu com Carlos Albino, representante de uma ainda pouco conhecida (e pouco expandida) “Associação dos Jornalistas Portugueses”: “Sublinha-se essa necessidade da Ordem, porque estão à vista os resultados nefastos do enorme défice de auto-regulação dos jornalistas, porque também sem uma organização adequada e abrangente esse exercício de responsabilidade é impossível” (Albino, 2003). No mesmo contexto, também o jornalista e ex-director do “Diário de Notícias”, Mário Bettencourt Resendes, defendeu a criação de uma Ordem e os mecanismos de auto-regulação como “a melhor forma de prevenir tentações castradoras por parte dos poderes políticos” (NA, 2004b). Em contraponto, outras opiniões, concordando embora com a pertinência e urgência deste objectivo de fundo, continuaram a interrogar-se sobre o modo mais adequado (que não a Ordem, típica da organização das profissões liberais) de lhe dar corpo. Releve-se o que sobre isto escreveu Vital Moreira: depois de advogar a “necessidade de um mecanismo eficaz de autodisciplina da profissão jornalística, capaz de fazer respeitar o Código Deontológico e punir eficazmente as suas violações”, sublinhou que as Ordens “não são o único meio de organizar a autodisciplina profissional, não havendo muitos precedentes no caso dos jornalistas, pelo menos na Europa” (Moreira, 2004b). Este assunto ganhou uma actualidade muito particular em Agosto de 2004, quando se soube que um jornalista do “Correio da Manhã” gravara em segredo uma série de conversas com fontes de informação – algumas das quais, na sequência de um roubo das ditas cassetes, acabaram transcritas no semanário “O Independente”. Vital Moreira voltou ao tema nessa altura, comentando o “triste estado da deontologia profissional do

jornalismo em Portugal” e insistindo: “A questão vem recolocar em causa a falta de instrumentos de responsabilização e de punição dos ilícitos disciplinares dos jornalistas. O actual estado de impunidade só pode ser fonte dos piores abusos. O ilícito criminal não pode suprir a ausência de mecanismos de autodisciplina profissional” (Moreira, 2004a).

A novidade da ‘incorporação’ de jornalistas junto às tropas americanas, para supostamente os proteger e lhes facilitar o trabalho de cobertura na guerra do Iraque, foi outra circunstância que suscitou muitas interrogações no seio do grupo profissional (e não só), não tendo faltado quem criticasse a excessiva proximidade de uma das partes em conflito e os riscos suplementares de manipulação da informação transmitida. A “avaliação positiva” (Bauer, 2003) feita pelo Pentágono à experiência dos jornalistas “*embedded*” – que chegou a envolver perto de 600 profissionais – não foi, como se imaginará, totalmente compartilhada pela comunidade profissional. Embora se tenham reconhecido vantagens a esse esquema (nomeadamente a proximidade face aos acontecimentos na “linha da frente” e a possibilidade de mais relatos diversos, ao contrário do que foi proporcionado pelo restritivo sistema de *pools* na primeira Guerra do Golfo⁷), e não obstante se tenha visto que também do lado oposto chegaram mais informações do que em conflitos anteriores (graças à maior presença da Internet no espaço mediático e graças ao trabalho das televisões árabes, em especial a Al-Jazeera⁸), foi muito discutida a questão de saber até que ponto era possível a um jornalista nessas condições manter, mesmo do ponto de vista psicológico e emocional, o distanciamento mínimo que uma cobertura jornalística exige. A reflexão sobre este assunto ainda não está fechada, como sugeriu Mário Mesquita: “O debate vai continuar e só no pós-Guerra se poderá avaliar tranquilamente os resultados da experiência. Em qualquer caso, por maiores que sejam os progressos na tecnologia das comunicações, jamais será possível conjugar eficácia militar e liberdade de imprensa. Não há receita que permita conciliar, sem contradições, o segredo militar e a informação jornalística” (Mesquita, 2003).

De maior ou menor capacidade de autonomia e distanciamento se falou também muito, entre nós, quando se tratou de fazer a cobertura jornalística de situações dramáticas, ligadas a catástrofes naturais ou a acidentes graves, ou de casos judiciais especialmente marcantes, tanto pelas temáticas como pelos protagonistas envolvidos. A prevalência dos relatos com uma excessiva componente emocional (muitas vezes transmitidos em directo pelas TV’s) e a procura obsessiva de detalhes “ao vivo” e “em exclusivo”, umas vezes tão-só pitorescos, mas outras vezes claramente ofensivos da privacidade das pessoas envolvidas, encheram páginas de jornais e horas de rádios e televisões, para o que contribuíram uma progressiva tabloidização da informação (mais dependente que nunca das audiências e das correlativas receitas publicitárias) e a já referida precarização das condições de trabalho de muitos jornalistas, sobretudo os mais jovens⁹, ‘atirados’ para situações complexas de difícil gestão. “Preocupa-me que alguns jornalistas tenham interiorizado e assimilado critérios comerciais como sendo critérios

⁷ A este respeito, registe-se também uma inovação no plano tecnológico, que permitiu imagens em directo a partir de quase toda a banda: o videofone, cujo uso se generalizou na guerra do Iraque.

⁸ Registe-se, a este propósito, a opinião do jornalista Armando Rafael quanto aos propósitos mais ou menos conseguidos dos “*embedded*”: “Todo o sistema foi concebido como uma forma de controlo da informação por parte do Pentágono, objectivo que não resistiu, contudo, à força das imagens captadas e divulgadas pelas televisões árabes como a Al-Jazeera, a Abu Dhabi TV e a Al-Arabya” (Rafael, 2003).

⁹ Vicente Jorge Silva falou, a este respeito, da “proletarização” dos jovens (candidatos a) jornalistas, nos seguintes termos: “Mão de obra abundante e, logo, barata, contratada a prazo, indefinidamente estagiária, dócil, manejável pelos novos ‘managers’ desse sistema mediático moldado pela lógica da concorrência televisiva e dos títulos impressos que procuram sobreviver a todo o custo mimetizando o formato único das televisões comerciais” (Silva, 2003).

jornalísticos”, disse o docente de Jornalismo e director da revista “JJ”, Fernando Correia, lamentando que haja no grupo profissional quem pense que “o que vende bem é uma boa notícia” (cit. por Teixeira, 2004). Também Diana Andringa, ex-presidente do SJ, se pronunciou contra o “jornalismo de sarjeta” feito a propósito do processo Casa Pia (*ibidem*), tendo salientado, noutra oportunidade, que “muitos dos jornalistas se demitiram da sua função de mediadores” na cobertura do caso. “O mais importante é chegar primeiro ao local. Ao contrário da análise, o relato emocional pode ser feito por qualquer um”, afirmou, criticando a existência de “jornalistas a dias” com vínculos laborais extremamente frágeis (Diana Andringa, cit. por Margato, 2003). Por seu lado, a então provedora do leitor do Diário de Notícias, Estrela Serrano, escrevia que a cobertura mediática do processo Casa Pia “levou o jornalismo a um grau de instrumentalização sem precedentes” (Serrano, 2004). E, falando especificamente dos constrangimentos sentidos pelos jovens jornalistas, Miguel Sousa Tavares desabafava: “São obrigados a prestarem-se a funções indignas, como as de vigiarem as casas dos ‘colunáveis’, espiarem-lhes os casamentos, os enterros, a sua vida privada; perseguirem as mulheres e os filhos dos suspeitos presos pela justiça e arrancar-lhes uma lágrima, um estremecimento de terror, um reflexo de animais acoissados; erigirem-se em juízes e decretarem condenações públicas sem audição dos acusados; recorrerem a fontes anónimas, de cara tapada e voz distorcida, aliciadas de todas as formas e feitios, incluindo ofertas de dinheiro (...). Já não é de jornalismo que se trata, mas de simples compra e venda de títulos e de supostas notícias” (Tavares, 2003).

Foi ainda de envolvimento emocional excessivo e de menor cuidado com as exigências profissionais de independência e distanciamento que se falou, embora menos, a propósito da cobertura do Campeonato Europeu de Futebol (Euro 2004) em Portugal, aparentemente transformado numa espécie de ‘desígnio nacional e patriótico’ por muitos órgãos de comunicação social. O então provedor do leitor do jornal “Público”, Joaquim Furtado, deu expressão a estas sérias dúvidas sobre a adequação de relatos jornalísticos feitos num “registo propício a esbater fronteiras entre jornalismo e entretenimento”, relatos que pareciam relevar da “pura militância”, de uma mera “adesão emocional”, de uma “não neutralidade activa” (Furtado, 2004).

2) Ao nível das empresas jornalísticas – e, especificamente, das redacções

A ocorrência de alguns escândalos e a maior sensibilidade face às questões éticas e deontológicas suscitadas por casos de grande impacto público levaram também as empresas jornalísticas a tomar iniciativas diversas, com o objectivo aparente de recuperar, face aos seus auditórios, uma credibilidade em queda.

Na sequência do *affair* Jayson Blair, a imprensa norte-americana de referência adoptou regras bastante mais restritivas quanto ao uso de fontes confidenciais ou ao recurso a citações indevidamente identificadas, tendo também multiplicado os “*fact-checkers*” – profissionais encarregados de indagar no terreno, após a publicação de determinadas notícias, se elas correspondiam à realidade e se as fontes referidas se reviam nos relatos transcritos. No interior das redacções, investiu-se mais no acompanhamento e formação de jovens jornalistas, tendo alguns jornais (como o “The New York Times”) nomeado editores responsáveis exclusivamente pelo acompanhamento dos jovens jornalistas, pela vigilância dos padrões internos da publicação e por uma espécie de “controlo de qualidade” de todos os materiais publicados. Uma revisão aprofundada dos Livros de Estilo – mais uma vez, no sentido de uma grande restrição ao uso de fontes não identificadas – foi feita em títulos prestigiados como o “The Washington Post” e o “The

New York Times”, tendo esta última publicação nomeado, finalmente, o seu Provedor do Leitor, uma função cuja importância sempre desvalorizara.

Noutras latitudes, fez-se sentir igualmente o empenho na elaboração de códigos de conduta ou de instrumentos semelhantes de escrutínio deontológico da actividade jornalística: isso sucedeu em Espanha (onde se iniciou, em Dezembro de 2004, o debate parlamentar com vista à aprovação de um inexistente Estatuto do Jornalista Profissional, que deverá conter como anexo também um Código Deontológico), em Bruxelas (onde foi aprovado um Código de Conduta dos jornalistas que naquela cidade fazem a cobertura regular dos assuntos da União Europeia¹⁰), ou em França (onde a renomada revista “Nouvel Observateur” discutiu e aprovou um Código de Conduta¹¹), para só citar alguns exemplos.

Em Portugal, do mesmo modo, há a registar iniciativas como a revisão do Livro de Estilo do jornal “Público” – com uma actualização de regras e de preceitos, entre eles igualmente a maior atenção ao risco do uso de fontes confidenciais¹² – e a assunção pública de Códigos de Conduta na revista “Visão”¹³ (em Outubro de 2004) e no semanário “Expresso” (em Julho de 2003). Este último, aliás, provocou alguma controvérsia, ao admitir – em situações de “interesse público” – o recurso a escutas telefónicas por parte dos jornalistas, possibilidade que motivou uma queixa do deputado socialista Arons de Carvalho à AACS e que esta entidade veio a considerar procedente¹⁴.

A um nível mais global, merece menção o “acordo de auto-regulação” assinado por uma vintena de órgãos de comunicação social, em Novembro de 2003, sob os auspícios da AACS, tendo especificamente em vista a cobertura noticiosa de processos judiciais. Inegavelmente motivada pelo melindre do acompanhamento noticioso do caso Casa Pia – cujo julgamento, de resto, acabou por ser vedado aos jornalistas –, esta iniciativa sugeria, entre outros aspectos, alguma “contenção das matérias noticiadas” e insistia na “salvaguarda dos direitos dos cidadãos já envolvidos ou não num qualquer processo”, sendo que também os responsáveis dos órgãos de comunicação subscritores do documento reclamavam que o segredo de justiça não conduzisse a “desnecessárias opacidades”, com prejuízo para a boa realização do seu trabalho (Rosa, 2003). Consequência directa ou não deste esforço, o certo é que, em Janeiro de 2004, a AACS veio a público fazer uma apreciação genericamente positiva sobre a cobertura noticiosa do caso Casa Pia e afirmar que, após o pacto, os *media* passaram a actuar “com mais rigor informativo, mais respeito

¹⁰ O Código de Conduta dos jornalistas baseados em Bruxelas pretende, segundo os seus promotores, “reafirmar os valores do jornalismo independente numa cidade onde os interesses dos ‘lobbies’ e orientadores políticos concorrem na busca de influência”, reafirmando que “todos os assuntos relacionados com a ética do jornalismo deverão apenas dizer respeito aos jornalistas e profissionais da comunicação” (cit. por Sousa, 2004).

¹¹ Entre outros pontos, a “Carta” do semanário francês permite que uma maioria da redacção (66 por cento) possa vetar o nome escolhido para o cargo de director editorial (Mathieu, 2004).

¹² É também na sequência desta revisão das suas normas internas de conduta que o “Público”, por razões de transparência, passa a publicar regularmente algumas “declarações de interesses”: por exemplo, quando algum jornalista viaja para algum destino “a convite” de uma empresa ou de um órgão de soberania, a menção a esse facto é referida no final da matéria noticiosa publicada.

¹³ Para o director da revista “Visão”, Cáceres Monteiro, este Código de Conduta procura fundamentalmente “estabelecer uma relação de transparência com os leitores” (NA: 2004a).

¹⁴ Igualmente controversa em termos éticos e deontológicos, neste período, foi a iniciativa do semanário “Expresso” de adquirir um conjunto de acções de uma empresa, com o exclusivo propósito de “transformar” um seu jornalista em accionista e, assim, poder ter acesso à Assembleia Geral da referida empresa (por norma fechada à comunicação social). A situação mereceu críticas do presidente do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas, Óscar Mascarenhas, segundo o qual não haveria justificação de interesse público para o jornalista adoptar a medida excepcional de “disfarçar” a sua identidade (cit. por Vilar, 2003).

pelo direito à presunção da inocência e mais respeito pelos direitos individuais dos arguidos e testemunhas” – não obstante, acrescentava, ainda continuam “a ocorrer violações de normas legais e de preceitos deontológicos” (cit. em NA, 2004c).

Aliás, em vários outros momentos deste quinquénio (2000-2004) se falou de, ou lidou com, iniciativas de auto-regulação: em Março de 2001, um conjunto de órgãos de comunicação assinou uma “declaração de compromisso” relativa à (não) cobertura noticiosa de situações em que indivíduos se barricassem como forma de protesto (algo que parecia começar a tornar-se moda no país); entre Julho e Setembro de 2001, na sequência de várias reuniões promovidas com a ‘arbitragem’ da AACCS, as três cadeias de televisão generalistas (RTP, SIC e TVI) chegaram a acordo sobre o texto mínimo de um pacto de auto-regulação com vista a disciplinar os *reality shows* (mas que, ao contrário do inicialmente prometido, não altera substancialmente a tendência de ‘contaminação’ dos espaços informativos televisivos por parte desses programas de entretenimento¹⁵); enfim, em Junho de 2004, representantes de várias empresas de *media* assinaram um documento intitulado “Plataforma Comum da Ética dos Conteúdos Informativos nos Meios de Comunicação” (sob os auspícios da Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação Social), uma iniciativa ambiciosa no plano da auto-regulação que se pretende assumida por todos os parceiros directos ou indirectos da actividade mediática no país mas que ainda não foi implementada na prática, prosseguindo contactos e negociações com o objectivo de se definir, mais em concreto, um ‘Código de Ética’ aceite por todos (Figueiredo, 2004).

3) *Ao nível da relação com o(s) públicos(s)*

Muitas das iniciativas atrás referidas tiveram em vista recuperar alguma credibilidade perdida pelos *media* e restaurar alguma confiança junto do público leitor / ouvinte / espectador. A este propósito, assistiu-se a uma maior abertura dos órgãos de comunicação face ao exterior, fosse dando mostras de uma maior receptividade às críticas (o “Diário de Notícias” e o “Jornal de Notícias” continuaram a ter o seu Provedor do Leitor, enquanto o “Público” nomeou finalmente um novo titular para o cargo, após um interregno de mais de dois anos – sendo que, cumprido um ano de actividade, o cargo voltou a ficar vago em Janeiro de 2005), fosse abrindo ou agilizando canais de interacção com as suas audiências, muito por acção das versões *on-line* das publicações e das facilidades que a Internet proporciona (envio de comentários, participação em fóruns de discussão, etc.).

Simultaneamente, foi ganhando força na opinião pública o propósito de nomear um Provedor do Espectador também para a televisão de serviço público, a exemplo do que desde há anos já sucede em alguns países europeus (de que o caso mais conhecido é a França) e latino-americanos. A inovação foi defendida pelo “grupo de trabalho” que estudou, a pedido do Governo PSD/CDS, o novo modelo de funcionamento do 2º canal da RTP, embora não tenha sido concretizada. Entretanto, acabou por ter tradução mais concreta no programa de Governo do PS constituído na sequência das eleições de Fevereiro de 2005.

Uma maior atenção a outros instrumentos de difusão de informação e de opinião no espaço público – de que são exemplo maior os blogues, entretanto rapidamente disseminados – começou a ser prestada pelos próprios *media* tradicionais, que vão

¹⁵ Ainda não tinham passado cinco meses sobre a assinatura deste texto e já a TVI (em Março de 2002) se demarcava do seu clausulado, lançando algumas culpas para a actuação da AACCS. Aliás, o texto nunca teve grande incidência no trabalho das TV’s comerciais, parecendo mais uma espécie de “pacto de não-agressão” (Fidalgo, 2004a: 185) do que uma iniciativa genuína para moderar e moralizar os excessos cometidos em nome da conquista de audiências a qualquer preço.

descobrimo neles algumas potencialidades de alargamento do espaço de audiência em novos formatos e por novos caminhos. Para além disso, estes novos instrumentos de auto-edição (que em alguns casos se inscrevem na prática jornalística, abrindo caminho a formas do chamado “jornalismo participativo”) começam a servir também como um modo de escrutínio dos *media* tradicionais, podendo preencher uma função de “*watchdog*” sobre os “*watchdogs*” clássicos. Dão, assim, alguma resposta à questão, frequentemente colocada, de que ‘os *media* vigiam todas as instituições mas ninguém vigia essa instituição poderosa que são os próprios *media* – desenvolvendo mecanismos e instâncias de responsabilização (“*accountability*”) dos órgãos de comunicação social que se revestem de inegável interesse em termos cívicos, éticos e deontológicos.

5. Plano profissional

O quinquénio em análise parece, por tudo o que aqui fica dito, ter reforçado e acelerado algumas tendências já vindas de trás e que configuram, se não ameaças, certamente desafios importantes à actividade jornalística, e designadamente ao perfil identitário dos profissionais deste ofício¹⁶. Um perfil que, tendo sempre lutado com algumas dificuldades e indefinições no seu desenho (pelo menos, quando cotejado com as chamadas “profissões estabelecidas”, ligadas desde logo a uma formação académica de nível superior), se vê agora, em plena era de expansão das tecnologias digitais, confrontado com perspectivas ainda mais movediças. Alguns exemplos ou sinais desses novos tempos em gestação podem assinalar-se:

- A progressiva desintermediação¹⁷ do processo informativo – quer do lado da ‘oferta’ (aproximação das fontes primárias aos destinatários finais, facilidade de contacto directo instituições-público), quer do lado da ‘procura’ (novas facilidades de edição e difusão por parte de pessoas, individuais ou colectivas, independentes do sistema e dos circuitos mediáticos tradicionais) –, com o retirar de uma espécie de monopólio aos jornalistas, cujo papel cada vez mais tenderá a ser redefinido. A especificidade do trabalho dos profissionais da informação poderá estar, futuramente, menos na **revelação** de notícias ou dados ‘em primeira mão’, e mais na **interpretação** e **contextualização** dessas notícias, bem como num serviço de **sinalização** e **certificação** que permita ao público orientar-se num ambiente cada vez mais inundado de fluxos informativos de todas as proveniências, onde será necessário saber ‘navegar’ distinguindo ‘o trigo do joio’ para fazer um percurso autónomo mas crítico¹⁸;
- A progressiva ocupação de espaços informativos (sobretudo de debate, de análise, de comentário) quer por políticos, quer pelo cidadão comum – numa hipervalorização por vezes demagógica de uma supostamente genuína “voz do povo”, mais característica de

¹⁶ Recordem-se, neste contexto, as palavras do professor e investigador Nélson Traquina, para quem “os jornalistas são uma comunidade profissional com uma forte identidade” mas confrontam-se com “um processo de profissionalização que ainda não terminou” (Traquina, 2004).

¹⁷ Este processo de desintermediação é também, na opinião de alguns autores, um “processo de democratização da informação”, na medida em que esta se alarga aos cidadãos e lhes confere algum do poder até há pouco reservado exclusivamente aos jornalistas e aos *media* tradicionais (Salaverría, 2003).

¹⁸ Um estudo feito pelo Pew Center for Civic Journalism junto de directores de 360 jornais americanos, em 2001, revela algumas destas tendências: a maioria dos directores inquiridos considerava que a principal função de um jornal é “explicar as notícias e proporcionar conhecimento”, enquanto que “ser o primeiro a dar a notícia” só aparece em segundo lugar, seguindo-se a função de “guardião do poder”, na terceira posição. Para 87 por cento daqueles responsáveis, os jornais devem ter “um papel mais alargado na comunidade para além do simples relatar de notícias” (Lopes, 2001).

reality shows de entretenimento mas que tem contaminado sobremaneira os jornais televisivos –, em detrimento do trabalho jornalístico de pesquisa, investigação, elaboração e atribuição de sentido sobre os factos e os processos do quotidiano;

- A proliferação de “*media events*” ou até de “*pseudo-events*”, preparados e formatados com o fito exclusivo de obterem uma quase ‘obrigatória’ cobertura jornalística, que acaba por ser garantida até em função do jogo de competição entre órgãos de comunicação, não querendo nenhum falhar aquilo que o seu concorrente decerto vai cobrir. O condicionamento diário das agendas noticiosas, potenciado por fontes de informação cada vez mais organizadas e profissionalizadas (de que são exemplo algumas poderosas agências de comunicação e de assessoria) obrigam os jornalistas cada vez mais a “andar atrás” do que “à frente” dos assuntos supostamente mais relevantes da actualidade, introduzindo evidentes entorses na hierarquização das prioridades que os critérios jornalísticos deveriam fazer depender só do interesse público;
- O esbatimento continuado das fronteiras entre trabalho jornalístico (subordinado a um **interesse geral**) e trabalho promocional ou propagandístico (subordinado a um **interesse particular**), de que são exemplos mais visíveis as auto-promoções claramente publicitárias de programas e produtos tanto em jornais como em rádios e televisões (aqui, sobretudo ligados à promoção de *reality shows*, como de forma superlativa sucedeu com a ‘entrada’ do primeiro “Big Brother” nos telejornais da TVI), o trânsito frequente e as suspeitas repetidas de promiscuidade entre jornalismo e assessorias (actividades legalmente incompatíveis)¹⁹, ou as iniciativas editoriais associadas a compromissos comerciais nem sempre assumidos de forma transparente junto do público (suplementos especiais, publi-reportagens não identificadas como tais) – sem esquecer algumas experiências novas a que assistimos neste tempo, como a já abordada situação dos jornalistas “*embedded*” com as tropas americanas na cobertura da guerra do Iraque;
- A aparente (mesmo que ainda embrionária) diluição do trabalho específico de jornalismo – trabalho de **informação** – no contexto mais vasto da actividade de **comunicação** exercida por conglomerados mediáticos com múltipla oferta de “conteúdos” para além de produtos genuinamente editoriais. Esta diluição é agravada ainda pela exigência de domínio simultâneo de tecnologias variadas e complexas, num esquema produtivo que se arrisca a retirar ao jornalista algumas importantes condições (físicas e psicológicas) de elaboração intelectual, de ponderação, de reflexão, e até de tempo, sem as quais o processo informativo pode tornar-se um processo pouco mais que mecânico, quando não meramente técnico. Um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), divulgado em finais de 2004, pareceu dar conta também destas preocupações, ao sublinhar que “os novos *media*, o multimédia e as novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) podem aumentar as oportunidades de emprego para jornalistas, editores e gráficos, mas comprometem as condições e a qualidade do seu trabalho” (cit. por Serafim: 2004). O autor deste relatório, John Myers, reflectia sobre o impacto das TIC deixando a sugestão:

¹⁹ Também noutras latitudes se sente o melindre deste problema, como o demonstra o facto de o governo holandês ter proibido, recentemente, a contratação de jornalistas profissionais para as assessorias de imprensa sob sua dependência.

“Questões da qualidade, tanto do produto como do conteúdo ou da profissão, também merecem debate nesta área” (*ibidem*).

Referências bibliográficas

- AACS-ALTA AUTORIDADE PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL (2004), “A Alta Autoridade para a Comunicação Social e o acordo relativo à cobertura de processos judiciais”, comunicado da AACS de 14 de Janeiro de 2004.
- ALBINO, Carlos (2003), “Sim, a Ordem dos Jornalistas”, *Diário de Notícias*, 2 de Novembro.
- BAUER, David / AP (2003), “Pentágono faz avaliação positiva da ‘incorporação’ de jornalistas”, *Público*, 26 de Abril.
- CARVALHO, Alberto Arons (2003), “Concentração nos ‘media’ e democracia”, *Público*, 19 de Outubro.
- FIDALGO, Joaquim (2004a), *Em nome do leitor – As colunas do Provedor do “Público”*. Coimbra: Minerva.
- FIDALGO, Joaquim (2004b), “Jornalistas: um perfil socioprofissional em mudança”. *Comunicação e Sociedade*, nº 5, 2004, pp. 63-74 (Instituto de Ciências Sociais - Universidade do Minho). Porto: Campo das Letras.
- FIGUEIREDO, Leonor (2004), “Media assinaram plataforma para definir um código de ética comum”, *Diário de Notícias*, 10 de Junho.
- FURTADO, Joaquim (2004), “Jornalistas nacionais”, *Público*, 27 de Junho.
- LOPES, Sara (2001), “Jornais norte-americanos rendidos à interactividade”, *Público*, 2 de Setembro.
- MADEIRA, Paulo Miguel (2003a), “Novos desafios à deontologia” e “Do jornalismo militante ao jornalismo moldado pelo mercado”, *Público*, 8 de Junho.
- MADEIRA, Paulo Miguel (2003b), “Concentração dos ‘media’ alvo de críticas”, *Público*, 5 de Outubro.
- MARGATO, Dina (2003), “Vertigem da emoção e da ‘caça à notícia”, *Jornal de Notícias*, 24 de Novembro.
- MATHIEU, Bénédicte (2004), “Les journalistes du ‘Nouvel Observateur’ adoptent une charte”, *Le Monde*, 19 de Maio.
- MESQUITA, Mário (2003), “Na cama com... as tropas”, *Público*, 4 de Abril.
- MOREIRA, Vital (2004a), “O jornalista, o polícia e o procurador”, *Público*, 17 de Agosto.
- MOREIRA, Vital (2004b), “Liberdade de informação e segredo de justiça”, *Público*, 20 de Janeiro.
- N.A. (2004a), “‘Visão’ adopta código de conduta” [notícia não assinada], *Público*, 14 de Outubro.
- N.A. (2004b), “Ex-director do ‘DN’ defende Ordem dos Jornalistas” [notícia não assinada], *Público*, 4 de Março.
- N.A. (2004c), “Alta Autoridade diz que ‘media’ estão a ser mais rigorosos na cobertura dos processos de pedofilia” [notícia não assinada], *Público*, 16 de Janeiro.
- OBERCUM (2003), *Anuário da Comunicação*. Lisboa.
- PEREIRA, Sandra Martins (2003), “Uma pessoa de sete ofícios à frente do jornalismo ‘backpack’”, *Diário de Notícias*, 6 de Abril.
- RAFAEL, Armando (2003), “Sandálias voadoras por todo o Iraque”, *Diário de Notícias*, 20 de Abril.
- RIBEIRO, Pedro (2004), “Imprensa americana procura respostas ao seu ‘annus horribilis’” e “Quatro maus exemplos”, *Público*, 2 de Maio.
- RODRIGUES, Diogo (2005), “Subsídios de desemprego aos jornalistas atingem os 2,3 milhões de euros”, *Semanário Económico*, 3 de Fevereiro.
- ROSA, Inácio / LUSA (2003), “Órgãos de comunicação decidem auto-regulação”, *Jornal de Notícias*, 28 de Novembro.
- S.J.-SINDICATO DOS JORNALISTAS (2004a), “Presidente do SJ alerta para degradação das condições de trabalho”, comunicado da Direcção do SJ de 5 de Maio.

- S.J.-SINDICATO DOS JORNALISTAS (2004b), “*SJ solicita audiências urgentes na AR*”, comunicado da Direcção do SJ de 8 de Janeiro <www.jornalistas.online. pt>
- S.J.-SINDICATO DOS JORNALISTAS (2003a), “*1º Encontro Nacional de Jornalistas On-line*”, comunicado da Direcção do SJ, <www.jornalistas.online. pt>.
- S.J.-SINDICATO DOS JORNALISTAS (2003b), “*SJ alerta para degradação da situação dos jornalistas*”, comunicado da Direcção do SJ de 15 de Julho.
- S.J.-SINDICATO DOS JORNALISTAS (2003c), “*A situação nas empresas jornalísticas em 31 de Agosto de 2003*”, documento da Direcção do SJ, <www.jornalistas.online. pt>.
- SALAVERRÍA, Ramón (2003), “Com o 11 de Setembro, a informação da Internet chegou à maioria” [entrevista], *Público*, 12 de Maio.
- SANTOS SILVA, Augusto (2004), “Expectativas”, *Público*, 10 de Janeiro.
- SERAFIM, Ana (2004), “Liberdade de imprensa é ‘defesa cínica’ para condições precárias”, *Público*, 21 de Outubro.
- SERRANO, Estrela (2004), “Três anos”, *Diário de Notícias*, 29 de Março.
- SILVA, Vicente Jorge (2004), “A crise da liberdade”, *Diário Económico*, 16 de Janeiro.
- SILVA, Vicente Jorge (2003), “Estado da Nação, estado dos ‘media’”, *Diário Económico*, 20 de Junho.
- SOUSA, Fernando (2004), “Jornalistas lançam Código de Conduta”, *Diário de Notícias*, 27 de Fevereiro.
- TAVARES, Miguel Sousa Tavares (2003), “O massacre do jornalismo”, *Público*, 9 de Maio.
- TEIXEIRA, Clara (2004), “Ex-presidente do Sindicato diz que jornalistas estão a ser corporativos”, *Público*, 22 de Janeiro.
- TRAQUINA, Néelson (2004), “Critico os jornalistas mas tenho muita ternura por eles” [entrevista], *Diário de Notícias*, 9 de Março.
- VILAR, Elisabete (2003), “‘Expresso’ compra acções para ‘infiltrar’ jornalista”, *Público*, 15 de Outubro.

* * * * *

Universidade do Minho / Braga, Setembro de 2005